



European Economic and Social Committee

CESE info

Comité Económico e Social Europeu

Uma ponte entre a Europa e a sociedade civil organizada

Abril 2018 | PT

Línguas disponíveis:

bg cs da de el en es et fi fr hr hu it lt lv mt nl pl pt ro sk sl sv

Editorial



Caros leitores,

Aproximando-se o fim do meu mandato, gostaria de aproveitar a oportunidade que me é dada de redigir este último editorial para, enquanto presidente do Comité Económico e Social Europeu, rever os momentos que mais marcaram estes dois anos e meio de atividades no CESE.

No contexto de uma opinião pública cada vez mais crítica em relação à Europa, este período caracterizou-se pela vontade do Comité de alargar e aprofundar as suas consultas à sociedade civil europeia para que as posições expressas reflitam de facto a sociedade civil em toda a sua diversidade.

Desde o primeiro ciclo de missões, no auge da crise migratória nos países mais afetados, tendo em vista esclarecer o papel desempenhado pela sociedade civil no acolhimento de refugiados e migrantes e efetuar o levantamento das necessidades (2015-2016), até aos 28 grandes debates sobre o futuro da Europa realizados em todos os Estados-Membros (2017), passando pelas consultas sistemáticas sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais (2016), todos estes esforços são testemunho da determinação do CESE de se aproximar dos cidadãos para fazer ouvir a sua voz em Bruxelas.

O trabalho realizado pelo Comité, a solo ou em diálogo com a Comissão, para que a Iniciativa de Cidadania Europeia faça uso de todo o seu poder – o poder de determinar a agenda europeia – e não perca todo o seu sentido, vai na mesma direção. Continuando, ano após ano, a solicitar à Comissão Europeia que proceda à reforma das regras para oferecer um instrumento mais eficaz aos cidadãos e dar aos promotores de iniciativas a possibilidade de se exprimirem nas suas reuniões plenárias, o propósito do CESE foi trabalhar para uma Europa mais recetiva aos pedidos dos seus cidadãos.

De resto, face às críticas, é esta a abordagem que defendo, sublinhando que esta União, apesar das suas imperfeições, é a melhor garantia de paz e prosperidade no nosso continente. A sua dissolução e o regresso das fronteiras significariam também o regresso dos conflitos. É, portanto, necessário mantê-la e continuar a trabalhar para a melhorar. Espero ter contribuído, com o meu trabalho, para que tal sucedesse.

Na passagem de testemunho ao meu sucessor, desejo-lhe um excelente mandato à frente de uma instituição que celebrará em breve os seus 60 anos com o olhar virado para o futuro.

Georges Dassis

Presidente do CESE

Agenda

23/04/2018

Bruxelas

Diálogo Europeu sobre a Ação Climática Não-Estatal

05/05/2018

Bruxelas

Dia da Europa

23/05/2018 - 24/05/2018

Bruxelas

Reunião plenária do CESE e celebração do 60.º aniversário do CESE

24/05/2018 - 25/05/2018

Bruxelas

Jornadas da Sociedade Civil 2018

Em síntese

Dias da Energia do CESE - Sociedade civil deve participar mais estreitamente no debate sobre a política energética da UE



A equidade social e a participação da sociedade civil devem estar no cerne do diálogo sobre a energia a todos os níveis, do local ao europeu. Nos Dias da Energia do CESE, que tiveram lugar em Bruxelas em 7 e 8 de março de 2018, debateu-se a situação atual e a evolução futura da política energética da UE.

O primeiro dia da conferência centrou-se na **União da Energia** e permitiu fazer o ponto da situação dos progressos realizados na consecução dos seus objetivos e avaliar os desafios que ainda subsistem. Os participantes debateram de que forma os cidadãos poderiam ser envolvidos e beneficiar da União da Energia e exploraram as oportunidades de reforçar a apropriação económica e política da mesma.

«A união que preconizamos não pode ser alcançada sem a participação ativa da sociedade civil organizada, cujo papel no processo deve ser especificado e assumir um caráter permanente», afirmou **Pierre Jean Coulon**, presidente da Secção Especializada de Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação (TEN) do CESE.

O [parecer do CESE](#) sobre o terceiro relatório sobre o estado da União da Energia está a ser elaborado por **Toni Vidan** e **Christophe Quarez**, e a sua adoção está prevista para a reunião plenária de abril.

O **segundo dia** analisou as **alterações futuras à Diretiva Gás em vigor**, que suscitam preocupações às partes interessadas.

Na sua proposta, a Comissão Europeia defende que os gasodutos de e para países terceiros devem respeitar os princípios fundamentais da legislação da UE em vigor. No entanto, algumas organizações da sociedade civil chamam a atenção para a incerteza criada pelo novo documento em termos jurídicos, comerciais e ambientais.

Baiba Miltoviča, membro do CESE, salientou a importância de coordenar melhor as regras relativas aos fornecedores externos e estabelecer um quadro regulamentar único, por forma a que a energia seja fornecida de acordo com as mesmas regras em todo o lado.

Baiba Miltoviča coordenará todos os contributos do evento, que serão tidos em conta no parecer do CESE - Alteração da Diretiva Gás, a adotar também na reunião plenária de abril. (mp)

CESE apoia participação dos cidadãos e boa administração pública na reunião do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC)



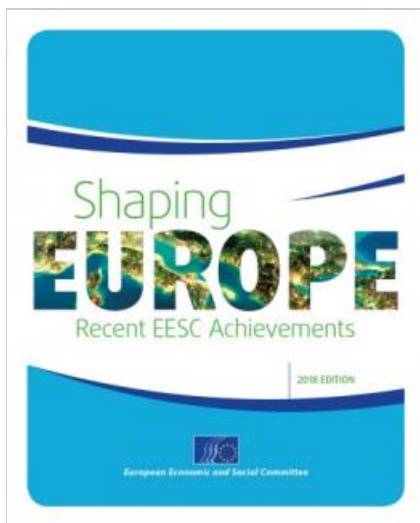
A reunião preparatória do ECOSOC em Praga, no final de março, teve por objetivo destacar a importância da participação dos cidadãos, da boa administração pública e das instituições inclusivas para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e realizar a Agenda 2030.

«Gostaríamos de cooperar com o ECOSOC no que diz respeito à importante questão da participação dos cidadãos na tomada de decisões. O Comité Económico e Social Europeu apoia em pleno os processos públicos de elaboração das políticas pautados pela participação, a abertura e a transparência», afirmou Roman Haken, membro do CESE presente na reunião.

Depois da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, o ECOSOC é o terceiro organismo mais importante das Nações Unidas. Supervisiona o desenvolvimento internacional no plano económico, social e cultural, bem como nos domínios da educação e da saúde. (sg)

Novas publicações

Contributos recentes do CESE para configurar a Europa



Acaba de ser publicada a brochura do CESE «**Contributos recentes do CESE para configurar a Europa**», edição de 2018

Esta publicação destina-se tanto o grande público como às outras instituições europeias e tem por objetivo dar uma panorâmica das **atividades do CESE levadas a cabo** nos últimos anos nos principais domínios da política europeia, a saber, **económico, social, ambiental e internacional**.

A brochura está disponível em seis línguas (francês, inglês, alemão, espanhol, italiano e polaco) em formato impresso e no sítio Web do CESE: <https://www.eesc.europa.eu/en/our-work/publications-other-work/publications>

Para obter a edição em papel, contacte: vipcese@eesc.europa.eu. (fgr)

Notícias do CESE

Obrigado, Senhor Presidente Dassis! Obrigado, Senhores Vice-Presidentes Lobo Xavier e Smyth!



«Uma Europa unida, democrática, solidária, pacífica e próspera, próxima dos seus cidadãos»

Georges Dassis, presidente do CESE 2015-2018

CESE subscreve a futura estratégia para a inteligência artificial, apresentada pelo comissário Andrus Ansip



A relatora do parecer do CESE sobre a inteligência artificial (IA), Catelijne Muller, declara que a estratégia, apresentada pelo comissário Andrus Ansip na plenária do CESE de 15 de março, responde inteiramente ao apelo do CR para que a UE assumira uma posição de líder mundial na criação de um quadro de desenvolvimento e implantação responsáveis da IA.

Cateljine Muller afirmou que o CESE acolhe favoravelmente o [anúncio](#) da criação de um grupo de peritos em inteligência artificial, preferido em 9 de março pelos comissários Andrus Ansip, Carlos Moedas e Mariya Gabriel, visto que teve plenamente em conta as solicitações apresentadas pelo CESE no seu [parecer de iniciativa](#), que apelava para:

- um código de ética pan-europeu para a IA, a fim de garantir que o seu desenvolvimento está alinhado com os valores e direitos fundamentais da UE;
- uma infraestrutura europeia de IA com vista a fomentar o seu desenvolvimento sustentável;
- a apreciação da legislação e da regulamentação, a fim de averiguar em que medida se adequam à sua finalidade na era da IA;
- o fomento da inovação em IA, especialmente em prol do bem comum.

«Penso que a Europa assumiu agora verdadeiramente uma posição de líder mundial», declarou Catelijne Muller.

O **comissário Andrus Ansip** apresentou o ponto da situação do **mercado único digital** na UE e passou em revista as iniciativas mais importantes da Comissão destinadas à sua concretização: a **abolição das taxas de itinerância (roaming)**, a futura **portabilidade dos conteúdos digitais**, o fim do **bloqueio geográfico** injustificado e o **Regulamento geral sobre a proteção de dados**, que entrará em vigor em maio.

Esperam-se ainda outros componentes importantes no que toca às **telecomunicações**, ao **regulamento relativo à privacidade nas comunicações eletrónicas** e à **cibersegurança**.

O comissário Andrus Ansip salientou que a **fragmentação** continua a ser um grande obstáculo e que o **custo da não-Europa no mercado único digital** é enorme: 415 mil milhões de euros por ano, de acordo com um estudo do Parlamento Europeu.

«É importante que todos os intervenientes obedeçam a regras uniformes, uma vez que, enquanto os operadores mundiais de grande escala conseguem movimentar-se entre 28 conjuntos de regras, para as empresas em fase de arranque e as PME é praticamente impossível entender todas essas regras. Se o mercado digital europeu permanecer fragmentado, estaremos a transmitir uma mensagem muito simples às nossas populações, em especial às nossas empresas em fase de arranque: se pretendem crescer, fiquem em casa ou vão para os EUA», advertiu o comissário.

Os intervenientes no debate realçaram a importância de garantir uma transição justa para os trabalhadores entre o desaparecimento de empregos tradicionais e o surgimento de novas profissões.

Todos concordaram que a **aprendizagem ao longo da vida** deve ser uma realidade, agora mais do que nunca, de modo a contribuir para que todos os trabalhadores encontrem o seu lugar no mercado de trabalho do futuro, adquirindo novas competências para novos empregos. (dm)

Futuro do trabalho - colmatar o défice de competências é fundamental



No Parecer - O futuro do trabalho, adotado na reunião plenária de março, o Comité Económico e Social Europeu (CESE) exortou os Estados-Membros a apostar na educação e na formação e a adaptarem os sistemas de ensino às necessidades do mercado de trabalho, atualmente palco de transformações céleres e profundas em virtude da nova revolução industrial e digital.

Segundo alguns estudos, a evolução tecnológica provocará graves perturbações nos modelos de emprego e de negócio em alguns setores – nove por cento dos postos de trabalho estão em risco de desaparecer devido à automatização. Um quarto dos postos de trabalho também poderá ver o seu perfil alterado perante a automatização de metade das suas funções. Ao mesmo tempo, surgirão novos tipos de trabalho, prevendo-se que nove em cada dez deles passem a exigir competências digitais.

Segundo o CESE, os instrumentos necessários para agarrar as oportunidades de emprego do futuro são um ensino básico de qualidade, uma formação de excelência, a aprendizagem ao longo da vida, bem como o aperfeiçoamento e a reconversão profissional de todos os trabalhadores.

O CESE mostrou-se preocupado com o futuro dos grupos vulneráveis na Europa, em que se incluem as pessoas pouco qualificadas. Exortou a Comissão a tomar as medidas necessárias para evitar a sua marginalização por não conseguirem acompanhar o ritmo da mudança.

Elaborado a pedido da Presidência búlgara da UE, o parecer sobre o futuro do trabalho foi apresentado na conferência intitulada «[Colmatar o défice de competências para o crescimento e a criação de emprego - A perspetiva empresarial](#)», realizada em Sófia no dia 22 de março. (II)

«A Iniciativa de Cidadania Europeia deve tornar-se um instrumento poderoso de participação dos cidadãos»



A Iniciativa de Cidadania Europeia (ICE) visa promover a cidadania ativa e a democracia participativa e pode ajudar a superar o défice democrático da UE. É também um instrumento capaz de unir os europeus em torno de uma causa, podendo, assim, reforçar o sentimento de identidade europeia. No entanto, para concretizar plenamente o seu potencial, a ICE deve ser acompanhada por um processo de diálogo e alcançar resultados consentâneos.

No seu parecer sobre a [Iniciativa de Cidadania Europeia](#), adotado em 14 de março, o CESE formula algumas propostas neste sentido:

- medidas adequadas de acompanhamento das iniciativas bem-sucedidas: é especialmente importante debater as iniciativas bem-sucedidas nas sessões plenárias do Parlamento Europeu, de molde a conferir às ICE a dimensão política necessária;
- importa intensificar o diálogo com os organizadores das ICE durante e após a campanha;
- são necessárias regras claras e transparentes para a fase de registo;
- importa separar as funções de «acompanhante institucional» e de «decisor no registo», ambas a cargo da Comissão.

Reiterando a disponibilidade do Comité para prosseguir o seu apoio às iniciativas, a relatora, [Kinga Joó](#), afirmou que «o CESE entende que está preparado para assumir um papel de facilitador e mentor institucional».

O CESE tem participado desde o início no debate sobre a ICE. Com a organização do **Dia da Iniciativa de Cidadania Europeia**, que este ano se realizará em **10 de abril**, o CESE contribuiu para conferir maior visibilidade à ICE e a manter no topo da agenda institucional da UE.

Proibido no mundo real - proibido no mundo virtual

O CESE considera a Comunicação da Comissão - Combater os conteúdos ilegais em linha um primeiro passo, mas insta



Comissão a adotar programas e medidas eficazes que proporcionem um quadro jurídico estável e coerente para a eliminação eficaz de conteúdos ilegais.

«A difusão de conteúdos ilegais é um mal que tem de ser cortado pela raiz», afirmou [Bernardo Hernández Bataller](#), relator do [Parecer - Conteúdos ilegais / plataformas em linha](#), adotado em 14 de março de 2018.

Por este motivo, o CESE propõe que se preste particular atenção ao desenvolvimento, ao tratamento e à difusão de conteúdos puramente informativos que se afiguram, à primeira vista, legais mas que escondem conteúdos ilegais.

Também se deve estender esta abordagem a tudo o que diz respeito aos megadados e aos benefícios que as plataformas em linha retiram da sua exploração.

«A publicação de conteúdos ilegais, o discurso de ódio e o incitamento ao terrorismo não é uma questão de somenos importância. Para evitar, combater e remover esses conteúdos, é necessário adotar medidas reforçadas, o que também é importante para proteger os menores», afirmou Bernardo Hernández Bataller.

O CESE entende que as próprias plataformas em linha devem facultar aos utilizadores ferramentas para assinalar as notícias falsas, de modo a informar os outros utilizadores de que a veracidade dos conteúdos é contestada.

Dado o impacto que as plataformas digitais já têm na nossa vida quotidiana e os riscos que representam, é essencial dispor de legislação clara e harmonizada em toda a Europa. (sma)

Ritmo de implementação da União Bancária tem de prosseguir, defende o CESE



O CESE defende a implementação total e imediata das [medidas propostas pela Comissão](#) para concluir a União Bancária e aprofundar a UEM.

A União Bancária é crucial para a União Económica e Monetária (UEM), na medida em que **permitirá reforçar a estabilidade financeira e a integridade territorial** da UE e evitar a fragmentação e a desintegração do mercado em crises futuras. Por conseguinte, o CESE acolhe favoravelmente as propostas da Comissão.

«Apoiamos a **nova abordagem com vista a uma implementação mais faseada do terceiro pilar** da União Bancária, o designado Sistema Europeu de Seguro de Depósitos. As negociações, até agora infrutíferas, poderiam, desta forma, ganhar um novo ímpeto», afirmou **Daniel Mareels**, correlator do [parecer do CESE](#) sobre esta matéria. «A dinâmica do

processo de implementação não pode esmorecer.»

O CESE apoia as medidas que visam **reforçar e consolidar os dois primeiros pilares** da União Bancária e considera que, paralelamente, há que redobrar de esforços no sentido de **reduzir e partilhar os riscos no setor financeiro**, o que pode abrir caminho à concretização do terceiro pilar.

«Há que dar prioridade à resolução do problema do **crédito malparado** acumulado e do seu eventual crescimento», defendeu o relator, **Carlos Trias Pintó**. Solicitamos também que o Fundo Monetário Europeu esteja plenamente operacional o mais rapidamente possível, enquanto mecanismo de proteção do Fundo Único de Resolução.»

Além disso, o CESE recomenda que se dê a máxima atenção aos sistemas de garantia de depósitos nacionais durante a fase de resseguro e que a decisão mais concreta e formal seja tomada, com o maior consenso possível, na fase de cosseguro.

Por último, o setor financeiro deve comprometer-se a aplicar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030 e os compromissos de Paris, e todos os atores financeiros devem concentrar-se, de modo credível e em pé de igualdade, no financiamento da economia real. (jk)

CESE defende reafirmação do modelo social europeu



Para travar o agravamento das desigualdades na sociedade europeia, a sustentabilidade social deve informar todas as políticas da UE. É preciso reafirmar o modelo social europeu enquanto garantia de proteção social para todos os cidadãos na era da digitalização e da globalização, afirmou o Comité Económico e Social Europeu (CESE) na sua plenária de março.

Na apresentação do Parecer - [Uma abordagem sustentável do ponto de vista social na era digital](#), **Giulia Barbucci**, a relatora, explicou que «é tão essencial garantir a sustentabilidade social quanto a sustentabilidade ambiental e económica».

O CESE declarou que subscrevia plenamente a recomendação do Parlamento Europeu a favor da colaboração entre a Comissão e os parceiros sociais na elaboração de uma

proposta de diretiva relativa a condições de trabalho dignas em todas as formas de emprego, incluindo as suas modalidades mais recentes.

Preconizou um redobrar de esforços para garantir remunerações adequadas e transições harmoniosas entre postos de trabalho, para além de defender oportunidades equitativas de aprendizagem ao longo da vida com vista a reduzir a iliteracia digital.

O CESE apelou para um mercado de trabalho mais inclusivo para os migrantes e a melhoria do acesso das mulheres aos empregos digitais. Recomendou igualmente que se prestasse uma atenção particular às pessoas com deficiência.

Na sua ótica, cumpre submeter as medidas adotadas a uma avaliação de impacto para perceber de que modo as políticas afetaram a vida dos cidadãos. (II)

Dia Europeu do Consumidor 2018: Os consumidores precisam de melhor defesa em linha



Qual a melhor forma de assegurar a defesa dos consumidores em linha? Foi este o tema central do 20.º **Dia Europeu do Consumidor**, um evento coorganizado pelo **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** e o Conselho Económico e Social da Bulgária, que teve lugar em **Sófia**, em **20 de março**. A conferência constituiu uma oportunidade para peritos e decisores políticos discutirem os novos desafios para a defesa do consumidor decorrentes da digitalização, numa perspetiva europeia e nacional. Os oradores concordaram que é necessário melhorar a aplicação e a execução das regras em matéria de defesa dos direitos dos consumidores. Uma das áreas que carece de melhoramento é a informação dos consumidores sobre os produtos e serviços. Estima-se que cerca de 1% da população mundial leia os respetivos termos e condições, enquanto 72% desconhece o tipo de informação que as empresas em linha recolhem a seu respeito. Manifestaram-se também

preocupações quanto aos riscos que as crianças podem enfrentar na era digital. Os peritos alertaram para o facto de que, devido às crescentes desigualdades de rendimento, muitas crianças poderão não ter a oportunidade de adquirir as competências necessárias ao acesso a um mercado de trabalho alterado. Os oradores chamaram ainda a atenção para a livre circulação de dados, que é particularmente importante para a próxima geração de serviços digitais. Estima-se que a eliminação das restrições em matéria de localização de dados possa trazer ao setor público um aumento de 1 400 milhões de euros em receitas. Atualmente, mais de 44% da população mundial está em linha, em comparação com 1% há vinte anos. No ano passado, 87% dos cidadãos europeus tinham acesso à Internet. (Ia)

Integração dos migrantes no mercado de trabalho em foco no 4.º Fórum Europeu sobre Migração



A edição de 2018 do Fórum Europeu sobre Migração, coorganizada pelo **Comité Económico e Social Europeu (CESE)** e a **Comissão**, teve por tema principal os desafios e as oportunidades gerados pela integração dos migrantes no mercado de trabalho da UE. O evento reuniu mais de 120 organizações da sociedade civil, bem como representantes dos órgãos de poder local, dos governos nacionais e das instituições da UE.

Na abertura do fórum, **Dimitris Avramopoulos**, comissário responsável pela Migração, Assuntos Internos e Cidadania, declarou: «Está na hora de ultrapassar o “discurso de crise” sobre a migração que se ouve todos os dias para, ao invés, nos concentrarmos no modo de fazer da migração uma oportunidade real para todos nós».

Na sua alocução inaugural, o presidente do CESE, **Georges Dassis**, salientou que, mais do que um imperativo moral, o acolhimento dos refugiados é também uma obrigação legal, fruto de um compromisso assumido por cada país enquanto membro da UE. Há que chamar os Estados-Membros às suas responsabilidades, defendeu. Por outro lado, os migrantes também deverão respeitar o modelo da UE em domínios como a igualdade de género.

«Com a ajuda dos fundos disponíveis, como os FEEI e o FAMI, é possível tomar medidas para resolver problemas e promover oportunidades de emprego para os migrantes», afirmou **Georges Dassis**.

Os debates realizados durante o fórum focaram inúmeros aspetos do processo de inserção dos migrantes no mercado de trabalho, desde a necessidade de promover o emprego regular e o trabalho digno, prevenir a exploração e combater a discriminação, à importância da validação das competências. (II)

Apresentação da nova chefe de redação



Ewa Haczyk-Plumley é, desde 3 de abril de 2018, a novo chefe da Unidade de Imprensa do Comité Económico e Social Europeu. Jornalista, historiadora de arte, filóloga e licenciada em literatura polaca, Ewa Haczyk-Plumley trabalhou como especialista superior em imprensa e comunicação em várias instituições da UE e também na Representação Permanente da Polónia junto da EU.

Colmatar o défice de competências - Ponto de vista dos Empregadores



Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

Combater o défice de competências é uma tarefa multidimensional que exige não só medidas ao nível dos sistemas de educação e formação, mas também uma mudança de mentalidades. Devido ao ritmo acelerado da mudança que se vive atualmente não é fácil identificar com precisão quais serão, no futuro, as necessidades de competências. Todos temos de aceitar que o futuro do trabalho exigirá uma aprendizagem ao longo da vida que nos permita adaptar constantemente as nossas competências à evolução das necessidades. Estas foram algumas das conclusões da conferência intitulada «Colmatar o défice de competências para o crescimento e a criação de emprego - Um ponto de vista empresarial», que teve lugar em 22 de março de 2018, em Sófia, na Bulgária.

A conferência terminou com uma declaração conjunta do Grupo dos Empregadores e da Associação de Organizações de Empregadores da Bulgária, na qual se apela para que seja implementado um conjunto de medidas práticas destinadas a adaptar os mercados de trabalho e os sistemas de educação às necessidades do futuro. De entre essas medidas destacam-se as seguintes: remover os obstáculos à criação de emprego, motivar as pessoas a desenvolverem, elas próprias, as suas competências e adotar uma abordagem baseada na «flexigurança» para adaptar a legislação laboral às necessidades da economia moderna.

Nos sistemas de ensino, é necessário promover a criatividade, o empreendedorismo e a mobilidade na educação e na formação a todos os níveis, investir nas competências nas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (CTEM), promover a aprendizagem ao longo da vida e, ao mesmo tempo, a aprendizagem em contexto laboral e o ensino e formação profissionais (EFP), reforçar as ligações entre as empresas e as instituições de ensino, a fim de evitar inadequações de competências. O texto completo da declaração pode ser descarregado [aqui](#).

A conferência, organizada conjuntamente pelo Grupo dos Empregadores e pela Associação de Organizações de Empregadores da Bulgária, foi um dos eventos oficiais da Presidência búlgara do Conselho da União Europeia. (lj)

Financiamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais



Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

É urgente relançar a solidariedade e acabar com o nacionalismo, o racismo e as políticas míopes na Europa.

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais é essencial para garantir a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar e para melhorar as condições salariais e de trabalho, os sistemas de proteção social na Europa, as normas sociais e a convergência entre os Estados-Membros - nomeadamente a negociação coletiva e o acesso aos serviços sociais.

Contudo, sem dinheiro não haverá melhoramentos: a aplicação efetiva do pilar nos Estados-Membros só será possível se estes dispuserem de recursos financeiros suficientes para investir em políticas sociais e, assim, traduzirem os direitos e princípios em iniciativas políticas específicas.

Por conseguinte, mecanismos como o Fundo Social Europeu, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos, e outros, são importantes, assim como o são um sistema de tributação mais justo e a inclusão de uma regra de ouro, que exclua determinados investimentos sociais - como a educação, infraestruturas, etc. - do défice público, permitindo um maior investimento social sem infringir as regras fiscais.

O CESE está a elaborar um parecer sobre o financiamento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a fim de proporcionar uma avaliação equilibrada da forma como este objetivo pode e deve ser realizado garantindo maior investimento, nomeadamente através dos fundos previstos no Quadro Financeiro Plurianual após 2020 para o FSE, o FEIE e outros fundos da UE. O parecer vem contribuir para o atual debate sobre o próximo quadro financeiro, que influenciará o êxito das políticas de convergência social. (prp/mg)

Como promover o crescimento sustentável e a coesão nas regiões vulneráveis



Pelo Grupo dos Interesses Diversos do CESE

Em 6 de março, o Grupo dos Interesses Diversos realizou a sua reunião extraordinária em Sófia, no âmbito da Presidência búlgara do Conselho da UE. Foi o último evento do grupo sob a presidência de Luca Jahier.

Cerca de 120 participantes, incluindo organizações da sociedade civil búlgara, representantes das autoridades nacionais e membros do Grupo III, reuniram-se para debater o tema «Apoiar as regiões e os cidadãos vulneráveis: promover o crescimento sustentável e a coesão».

Os problemas relacionados com as regiões montanhosas e remotas (desemprego, falta de serviços sociais, transportes, comunicação e infraestruturas) conduzem diretamente ao despovoamento e têm um efeito desproporcionado nos cidadãos mais vulneráveis e desfavorecidos.

Após o espetáculo de dança *Dance No Different than You* [Não há diferenças quando dançamos], a reunião articulou-se em torno de três painéis moderados por membros búlgaros do Grupo III:

- Investir nas regiões montanhosas vulneráveis e dinamizá-las (moderado por Dilyana Slavova)
- Criar oportunidades e proteger os direitos das pessoas vulneráveis (moderado por Diana Indjova)
- Promover o desenvolvimento económico e combater o despovoamento nas regiões não urbanas (moderado por Bogomil Nikolov)

Bisser Petkov, ministro búlgaro do Trabalho e Política Social, Hasan Ademov, presidente da Comissão da Política de Emprego, Social e Demográfica da 44.ª Assembleia Nacional da República da Bulgária, Luca Jahier, presidente do Grupo dos Interesses Diversos, e Lalko Dulevski, presidente do Conselho Económico e Social da Bulgária e membro do Grupo III, proferiram os discursos principais.

Os debates centraram-se no desenvolvimento local de base comunitária, no papel específico dos jovens e na importância da inclusão social. (ih)

Em breve no CESE / eventos culturais

Dia de Portas Abertas - 5 de maio de 2018



No sábado, 5 de maio de 2018, o CESE, juntamente com as outras instituições da UE, abrirá as suas portas ao público para comemorar o Dia da Europa. O CESE aproveitará a ocasião para dar a conhecer o seu trabalho aos visitantes através de *stands* de informação que oferecerão um leque variado de atividades (concursos, inquéritos, sondagens, etc.). O tema interinstitucional deste ano está relacionado com o Ano Europeu do Património Cultural, que estará também em destaque no *stand* do presidente do CESE sob o lema «Espaço cultural comum e democracia partilhada». Vinte e um membros do CESE estarão presentes para falar sobre o seu trabalho e a sua experiência. Para mais informações, consultar: <https://www.eesc.europa.eu/en/agenda/our-events/events/europe-day>. (dv)

Editores:

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição:

Daniela De Luca (ddl)
Daniela Marangoni (dm)
Daniele Vitali (dv)
Fabiola Giraldo Restrepo (fgr)
Indre Anskaityte (ia)
Isabelle Henin (ih)
Jasmin Kloetzing (jk)
Laura Lui (ll)
Leszek Jarosz (lj)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanias (mg)
Pablo Ribera Paya (prp)
Siana Glouharova (sg)
Silvia M. Aumair (sma)

Coordination:

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Endereço:

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard,
99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico:
eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité. A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

O próximo número sairá em maio de 2018.

Abril 2018/4

05-2018